

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II*

ÚNICA concorrente da empresa recorrente, cometeu inequívoco erro de digitação ao registrar seu lance no valor de R\$ 155,00, enquanto o último lance registrado por ela era de R\$1.557,00, ainda na fase de disputa, de forma a garantir a competitividade da licitação, optou por excluir o lance comprometedor, e tratou de reiniciar a disputa para que a empresa recorrida pudesse melhorar sua oferta obtendo assim um segundo melhor preço mais próximo ao da primeira colocada, nos termos da legislação.

Em suas narrativas, tanto a recorrente quanto a recorrida deixam claro um total desconhecimento do funcionamento do sistema de pregão eletrônico, **Compras.gov.br**. Esclarecemos que é evidente, que a recorrida não só não excluiu o lance registrado errado no tempo de 15 (quinze) segundos permitidos pelo sistema, como ignorou o aviso do sistema que o lance estaria inferior à 50% do valor estimado para o item, esclarecemos ainda que, tal exclusão, quando realizada pela empresa não necessita de qualquer aprovação e/ou confirmação do pregoeiro, tendo este, faculdade em realizar a exclusão, nos termos do §3º, citado acima sendo que a exclusão de lance pelo pregoeiro durante a fase competitiva é medida excepcional bem como o fato de haver previsão no edital quanto à possibilidade de exclusão do lance pelo Pregoeiro, não gera direito subjetivo, nem desonera a licitante da responsabilidade pelo registro das ofertas no sistema, nos termos do art. 13, III, da IN Seges/ME nº 73/2022.

Já o reinício da disputa almeja única e exclusivamente a obtenção de preços mais próximos aos da empresa já melhor classificada no "tempo comum", não existindo nenhum prejuízo para a licitante recorrente, visto que não altera a ordem de classificação. A sistemática neste caso foi criada pelos elaboradores do sistema e executada por este pregoeiro em benefício da Administração, não alterando o resultado da disputa, não assistindo qualquer razão a recorrente quanto a estes pontos.

Quanto as alegações que, (viii) alega que a verificação de atendimento a exigência de comprovação de capital ou patrimônio líquido mínimo de 10%,

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

deveria ser feita por item, tendo em vista o critério de julgamento ser por menor preço unitário, (ix) que deveria ter sido oportunizado a empresa a escolher “qual item de contratação abriria mão para não ultrapassar o limite dos 10% estipulado em Edital”, (x) que a empresa não ultrapassa o limite estipulado de 10% do capital social ou patrimônio líquido, para os itens vencidos

Diante de objetos complexos, distintos ou divisíveis cabe, como regra e conforme o caso concreto justificar, a realização de licitação por itens ou lotes, que está prevista no art. 40, inc. V, “b”, da Lei n.º 14.133/2021, de modo a majorar a competitividade do certame.

Anote-se que a adjudicação dos objetos deve ser procedida por itens/lotos, nos termos da Súmula n.º 247 do Tribunal de Contas da União, devido ao fato de cada item/lote corresponder a uma licitação autônoma:

“É obrigatória a admissão da adjudicação por item e não por preço global, nos editais das licitações para a contratação de obras, serviços, compras e alienações, cujo objeto seja divisível, desde que não haja prejuízo para o conjunto ou complexo ou perda de economia de escala, tendo em vista o objetivo de propiciar a ampla participação de licitantes que, embora não dispondo de capacidade para a execução, fornecimento ou aquisição da totalidade do objeto, possam fazê-lo com relação a itens ou unidades autônomas, devendo as exigências de habilitação adequar-se a essa divisibilidade.” (grifei)

As alegações da recorrente dizem respeito ao parâmetro que deve ser adotado para incidência do percentual de 10%. Ou seja, a norma referiu-se ao valor

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R ASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA

Comissão de Pregão II

estimado global da contratação ou ao montante por item? Acerca deste tema, o TCU através do Acórdão n.º 705/2008 – Plenário, assentou que a **“exigência de capital mínimo deve observar o valor estimado de cada item e não o valor global a ser contratado”**. Infere-se que se o certame for por preço global, o percentual de 10% deve incidir sobre o valor total da estimativa da contratação. Caso contrário, se a disputa for por item, basta que a empresa possua capital mínimo de 10% do valor estimado total do item, assim entendeu o TCU.

O instrumento convocatório em seu item 18.4, previu a possibilidade de comprovação de capital ou patrimônio líquido mínimo, somente em “parcela pertinente”,

18. DA QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA**[...]**

18.4 - Comprovação de capital mínimo ou o patrimônio líquido mínimo de 10% (dez por cento) do valor total estimado da contratação ou valor total estimado da parcela pertinente, devendo a comprovação ser feita relativamente à data da apresentação da proposta, na forma da lei, admitida a atualização para esta data através de índices oficiais. (grifei)

A licitação por item é aquela feita com base na regra do parcelamento do objeto. No caso em tela, no entanto, a empresa recorrente apresentou proposta para todos os itens do pregão e não apenas para a parcela a qual detinha qualificação econômico-financeira, logo s.m.j. deveria comprovar capital ou patrimônio líquido mínimo para o total dos itens, visto que pretendia contratar todos, conforme pode ser constatado

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A

Comissão de Pregão II

pelo resultado da primeira sessão, na qual apresentou o melhor lance para os 04 itens, objeto do certame.

Diferentemente do que alega a recorrente, a verificação do capital ou de patrimônio líquido mínimo é feita pelo valor estimado da contratação e não pelo valor do último lance alcançado pela licitante, conforme art. 69, parágrafo §4º, da Lei 14.133 de 1 de abril de 2021, *in verbis*:

*§ 4º A Administração, nas compras para entrega futura e na execução de obras e serviços, poderá estabelecer no edital a exigência de capital mínimo ou de patrimônio líquido mínimo equivalente a até 10% (dez por cento) **do valor estimado da contratação.** (grifei)*

Além disso a empresa ao participar da presente licitação declarou:

- 1) *ciência em relação ao inteiro teor do ato convocatório e dos seus anexos, concordando com suas condições, respondendo pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei.*
- 2) *Atendimento aos requisitos de habilitação previstos em lei e no instrumento convocatório.*

Ao apresentar proposta para o item 01 com valor total estimado de R\$ R\$ 215.900,00 ciente de que possuía Capital Social de R\$ 20.000,00 a empresa

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II*

apresentou falsa declaração para participação no certame, fato corroborado pelas alegações trazidas em suas razões recursais, aduzindo total entendimento da regra editalícias e ainda assim a descumprindo, merendo inclusive, ser verificada, pela autoridade superior, a conveniência e oportunidade de abertura de processo de apuração de infração administrativa e aplicação de sanções previstas no subitem 23.1.4 do edital na forma da lei.

Ao afirmar que deveria ter sido oportunizado a empresa a escolher “qual item de contratação abriria mão para não ultrapassar o limite dos 10% estipulado em Edital”, a recorrente tenta criar uma nova regra, rasgando o texto da lei, para justificar sua alegação, entendendo este pregoeiro não assistir razão a recorrente quanto a este ponto.

Quanto as alegações que, (xi) que o cadastro junto ao CNES subiu para o sistema online em 27/02/2024 e que a entrada no sistema se deu dentro da competência do mês de fevereiro/2024, tendo sido realizada até o 5º dia útil do mês de referência tendo aparecido no sistema em 29/02/2024, (xii) que o endereço fiscal constante no Contrato Social é dispensado de Alvará Sanitário, enquanto o endereço cadastrado junto ao CNES é onde há a realização de consultas, e que o item 5.7 do TR exige “tão somente o cadastro compatível com o objeto licitado”

Em 27/02/2024, quando este pregoeiro tomou conhecimento do e-mail da empresa IOL INSTITUTO DE OLHOS DOS LAGOS, e dos apontamentos trazidos com relação ao cadastro junto ao CNES da recorrente, realizou imediatamente consulta junto ao site do Cadastrado Nacional de Estabelecimentos em Saúde, não reportando nenhum resultado, para nenhum dos parâmetros pesquisados (Razão Social, CNPJ. Nº de Registro), gerando dúvida quando a finalidade do documento apresentado como comprovante de cadastro junto ao CNES (em anexo aos autos) pela empresa, durante a fase de habilitação.

**NOVA
FRIBURGO**
PREFEITURASECRETARIA DE
INFRAESTRUTURA
E LOGÍSTICA*Comissão de Pregão II*

Por ocasião das alegações da recorrente, este Pregoeiro, fez diligência a Secretaria de Saúde de Campos Gerais – MG, órgão responsável pelo cadastramento dos estabelecimentos em saúde junto a SCNES,

O Secretaria Municipal de Saúde Campos Gerais - MG, através da Superintendente Municipal de Saúde, Sra. Ivone Araújo Naves Pereira, apresentou resposta, também através de e-mail, devidamente assinado, onde a mesma informa o seguinte:

SMS Campos Gerais

para mim

20 de mar. de 2024, 09:39 (há 12 dias)

☆ 😊 ↶ ⋮

BOA TARDE.
DIANTE DOS QUESTIONAMENTOS ACIMA, SEGUIE RESPOSTA.
1) A empresa KTO SERVIÇOS MEDICOS LTDA - CNPJ: 52.770.817/0001-42, se encontra cadastrada junto ao CNES desde que data?
A SECRETARIA DE SAÚDE REALIZOU O CADASTRO JUNTO AO SCNES DIA 06/02/2024.
2) O documento em anexo trata do protocolo de cadastramento ou tem validade para comprovar a regular inscrição da empresa, visto que na data de 26/04 ainda não constava no site <https://cnes.datasus.gov.br/pages/consultas.jsp>, registro da empresa para os dados consultados.
O DOCUMENTO EM ANEXO É APENAS UM COMPROVANTE QUE O ESTABELECIMENTO FOI CRIADO NA BASE DE DADOS DO MUNICÍPIO.
3) A entrada no CNES deve ser feita pela empresa interessada até o 5º dia útil de cada mês por competência. Ou seja, a empresa cujo efetivação do cadastro se deu em 29/04, deveria ter dado entrada até o dia 05/05?
ESTA SECRETARIA AO RECEBER A DOCUMENTAÇÃO PROVIDENCIOU O CADASTRO NA DATA ACIMA CITADA, PORÉM A EXPORTAÇÃO OCORREU DIAS APÓS, EXATAMENTE DIA 29/02/2024, UMA VEZ QUE POR FALTA DE ARQUIVO DE ATUALIZAÇÃO NÃO ESTAR DISPONÍVEL, NÃO FOI POSSÍVEL REALIZAR ESSA TRANSMISSÃO EM DATA ANTERIOR.
4) O endereço registrado junto ao CNES deve possuir como requisito a apresentação da Licença ou Alvará Sanitário, vigente, do estabelecimento em saúde, para cadastramento?
SEGUNDO OS RESPONSÁVEIS PELA EMPRESA O ENDEREÇO CITADO É DISPENSADO DE ALVARÁ SANITÁRIO, UMA VEZ QUE SE REFERE DE ENDEREÇO FISCAL. NÃO TENHO CONHECIMENTO SE ISSO PROCEDE, POIS AGORA QUE SOUBE DESSA INFORMAÇÃO.

ESTAMOS A DISPOSIÇÃO PARA SANAR QUALQUER DÚVIDA.

...

IVONE ARAÚJO NAVES PEREIRA
Superintendente Municipal de Saúde
Campos Gerais - MG
(35) 3853 1163
(35) 98878 9237

Com vistas a resposta do órgão competente e do documento apresentado verificamos que:

O documento apresentado, foi emitido às 13:55 do dia 26/02/2024, ou seja, apenas após a solicitação feita pelo pregoeiro através do chat do sistema, às 12:28 do mesmo dia.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II*Sistema para o
participante
52.770.817/0001-42

26/02/2024 12:28:35

3- inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES (item 5.7 do Termo de Referência - Anexo I do Edital)

O endereço do estabelecimento cadastrado junto ao CNES, fica no município de Campos Gerais-MG, aproximadamente 183 km de distância do endereço constante com Contrato Social da empresa **KTD SERVICOS MEDICOS LTDA**, no município de Passos-MG.

Somente após o dia 29/02/2024, ou seja, 3 (três) dias após a finalização da primeira sessão do pregão eletrônico 90005/2024, foi disponibilizado no sistema do CNES, para consulta, o cadastro da empresa **KTD SERVICOS MEDICOS LTDA**.

A empresa KTD realizou o cadastro junto ao SCNES, através da base local, no município de Campos Gerais – MG em 06/02/2024, em data anterior a realização do certame;

O Documento apresentado pela recorrente em atendimento ao item 5.7 do Termo de Referência (inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde-CNES, demonstrando compatibilidade com o objeto desta contratação) trata de comprovante que o estabelecimento foi criado na base de dados do Município.

O cadastro da recorrente foi solicitado junto a Superintendência do CNES no município de Campos Gerais - MG em 06/02/2024, porém exportada para o base do sistema apenas em 29/02/2024. Constando no relatório juntado a peça recursal pela própria recorrente as seguintes informações: Cadastrado em: 29/02/2024 e Atualização na base local: 27/02/2024.

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II*

Quanto ao Alvará Sanitário referente ao local de cadastramento do estabelecimento que realiza os procedimentos médicos, a Superintendência realizou o cadastro apenas com o Alvará referente ao endereço fiscal no Município de Passos-MG, não sabendo informar sobre a necessidade de Licença ou Alvará Sanitário do endereço de prestação do serviço.

Nos causa estranheza ainda, o fato de a licitante ter realizado o cadastro no SCNES, junto ao órgão responsável na prefeitura de Campos Gerais-MG, somente em 06 de fevereiro de 2023, e a pesar disso, nos apresentar atestado de Capacidade Técnica, e contrato de prestação de serviços (solicitado em sede de diligência na fase de recurso) no qual a empresa Centro de Especialização Médica – CNPJ 25.529.038/0001-87, atesta a prestação dos serviços objeto da licitação, no período de Novembro de 2023 a Fevereiro de 2024, nos trazendo a convicção de que a empresa prestou os serviços sem a regular inscrição atualizada junto ao Cadastrado Nacional de Estabelecimentos em Saúde.

Pelo exposto solicitamos subsidio a Secretaria de Saúde, órgão técnico requisitante, para manifestação quanto as alegações apresentadas pelas empresas recorrente e recorrida, bem como das manifestações trazidas em sede de diligência com a finalidade de apurar a regularidade da empresa para a prestação do serviço de saúde, objeto do presente certame, sobretudo quando a sua regularidade junto ao CNES, nos seguintes pontos.

i) Se a recorrente poderia ter prestado serviços à empresa atestante Centro de Especialização Médica – CNPJ 25.529.038/0001-87, sem o regular cadastro junto ao CNES, e se, em caso negativo, invalidaria seu atestado de capacidade técnica apresentado.

Não.
Requerimento

**NOVA
FRIBURGO**
P R E F E I T U R AS E C R E T A R I A D E
I N F R A E S T R U T U R A
E L O G Í S T I C A*Comissão de Pregão II*

ii) Se o endereço do estabelecimento em que serão prestados os serviços de saúde requer Licença Sanitária, ou se apenas a regularidade do “endereço fiscal”, é suficiente;

iii) Se apenas o comprovante de cadastramento do órgão junto a Superintendência Local, é suficiente para comprovar a exigência disposta no item 5.7 do Termo de Referência, qual seja, inscrição atualizada no Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde—CNES, demonstrando compatibilidade com o objeto desta contratação.

Quanto as alegações que, (xiv) que a recorrida apresentou Certidão de Falência e Concordata vencida em 06/03/2023, aceita pelo pregoeiro, (xv) apresentou Declaração de Capacidade Técnica incompatível com o edital, visto que foi emitida antes da conclusão do contrato, aceito pelo pregoeiro, (xvi) não apresentou Alvará Sanitário, (xvii) não apresentou declaração de dispensa de vistoria.

Assiste razão parcial a recorrente, onde de fato houve falha por parte deste pregoeiro na verificação da data de validade da Certidão de Falência, emitida em 06/03/2023, logo vencida, bem como na verificação da Declaração de Capacidade Técnica, a qual foi emitida pelo declarante, Prefeitura Municipal de Armação de Buzios, antes da finalização do contrato, indo contra o que dispõe o Instrumento Convocatório, quanto a Qualificação-técnica exigida em seu item 19.1 e subitens.

19.1 - Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou